

11 da Resolução nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014;
Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014 e §1º do art.

Segundo as resoluções mencionadas:

verificada de conformidade com os princípios e normas aplicáveis.
processos implicam na realização de despesas e, portanto, demandam análise e manifestação sobre processos licitatórios, considerando que tais resoluções conferem à Coordenação de Controle Interno a competência para regularmente atuarão do Controle Interno no processo licitatório. Estas e o §1º do artigo 11 da Resolução nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, para (TCM-PA), a Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, e o §1º do artigo 11 da Resolução nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014,

No âmbito específico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), a Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014,

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantêm, de forma

missão institucional.

direitos e deveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, programas de governo e dos órgãos da União; II - comprovar a legalidade cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o

O artigo 74 da Constituição Federal dispõe:

impeachment, moralidade, publicidade e eficiência.

patrimonial, além de avaliar os resultados desses atos em termos de legalidade, dos atos de gestão relacionados à execução orçamentária, financeira e atividades do ente federado. O objetivo é verificar a legalidade e legitimidade sistemas administrativo, contábil, financeira, patrimonial e operacional das atribuições, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos estabelece que o sistema de controle interno de cada Poder deve, entre outras 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse artigo A competência e finalidade do Controle Interno estão previstas no artigo

II) DA COMPETÊNCIA

| | | | | |
|--------------------------------------|--|-----------------------|---|--|
| PARCEIRO TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO | SOLICITANTE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS | ADMINISTRAÇÃO - DLCA. | PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO nº 032/2025 | OBJETO: CONTRATAR A TENDÊNCIA DE NECESSIDADES DAS SECRETARIAS/FUNDOS DE MUNICÍPIO DE VISEU-PA. |
|--------------------------------------|--|-----------------------|---|--|





- Determinam que a Coordenação de Controle Interno tem competência para analisar e se manifestar sobre os processos licitatórios, dada a implicação destes na realização de despesas.
- Estabelecem que essa análise visa garantir que os processos estejam em conformidade com os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme previsto no artigo 74 da Constituição Federal.

Portanto, a Coordenação de Controle Interno exerce um papel crucial na fiscalização e controle dos processos licitatórios, assegurando que os gastos públicos estejam alinhados com os princípios constitucionais e as normas infraconstitucionais aplicáveis.

II) INTRODUÇÃO

Foi encaminhado a esta Controladoria Geral o processo licitatório para apreciação e manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, com a consequente elaboração de Parecer referente ao **Pregão Eletrônico nº 032/2025**, cujo objeto mencionado acima para que possa atender às necessidades específicas das Secretarias solicitantes.

O presente parecer tem como objetivo analisar a legalidade e a conformidade administrativa do presente processo licitatório, conforme encaminhado a esta Controladoria Geral.

Contam nos autos do processo as seguintes documentações:

- Fls. 001/015, consta ofício nº 167/2025/SEMMA da Sec. Mun. de Meio Ambiente encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento contendo o Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 002/007) e Memorial de Cálculo (fls. 008/010), Relatório de Consumo e Saldo Contratual (fls. 011/015).
- Fl. 016 consta o ofício nº 119/2025/GS/SECULT/PMV da Sec. Mun. de Cultura encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento o Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 017/021) e memorial de cálculo (fls. 022/026).
- Fl. 027 consta o ofício nº 737/2025/GS/SEMED/PMV da Sec. Municipal de Educação encaminhado à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento contendo em seu anexo o Documento de Formalização de Demanda – DFD (028/034), acompanhado do memorial de cálculo (fls. 035/048), relatório de consumo e saldo contratual (fls. 049/067).
- Fl. 068 consta o ofício nº 0.682/2025/GS/SEMUS/PMV da Sec. Mun. de Saúde encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento o Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 069/074), Memorial de Cálculo (fls. 075/078), Relatório de Consumo e Saldo Contratual (fls. 079/087).
- Fl. 088 consta o ofício nº 946/2025/GS/SEMAD/PMV da Sec. Mun. de Administração encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento o

(Assinatura)
2



Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 089/093), memorial de cálculo (fls. 094/098), Relatório de Consumo e Saldo Contratual (fls. 099/106).

• Fl. 107 consta o ofício nº 582/2025/GS/SEMAS/PMV da Sec. Mun. de Ass. Social encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento o Documento de Formalização de Demanda – DFD (fls. 108/112), memorial de cálculo (fls. 113/119), Relatório de Consumo e Saldo Contratual (fls. 120/127).

Às fls. 129/130 a Sec. Municipal de Gestão e Planejamento encaminhou o Memorando nº 159/2025-GS/SEGP ao Departamento de Planejamento Técnico e Contratação Anual – DPTCA solicitando abertura de procedimento administrativo juntamente com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, para a aquisição/contratação do mencionado.

O DPTCA encaminhou através do Memorando nº 0.043/2025/DPTCA/SEGP o estudo Técnico Preliminar (fls. 131/184) e Mapa de Gerenciamento de Riscos (fls. 185/187).

À fl. 188 consta o ofício nº 047/2025/SEGP encaminhado às Sec. interessadas solicitando os Termos de Referência – TR, que foram devidamente encaminhados através do ofício nº 1.038/2025/GS/SEMAD/PMV, conforme consta às fls. 187/208.

A Sec. de Gestão e Planejamento encaminhou o Memorando nº 172/2025 – GS/SEGP ao Departamento de Pesquisa de Preço – DPP solicitando ao departamento a pesquisa de preço quanto a contratação pretendida. Em resposta, o DPP encaminhou o memorando nº 039/2025 – DPP/SEGP contendo a pesquisa de preço juntamente com o mapa comparativo, conforme fls. 210/292.

À fl. 293 consta o memorando nº 196/2025/GS/SEGP solicitando junto ao Setor de Contabilidade informação de existência de recursos orçamentários para o exercício de 2025 e a indicação de dotação orçamentária para a cobertura das despesas referentes ao processo. Em resposta ao solicitado, através do Memorando nº 131/2025-SC/SEFIN, o Setor Contábil respondeu de forma positiva quanto a existência de recurso orçamentário do exercício de 2025 e, ainda, a indicação de dotação orçamentária para a cobertura das despesas referentes ao processo, conforme fls. 294/296.

À fl. 297 consta o Memorando nº 203/2025-GS/SEGP encaminhado ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos solicitando autuação do procedimento administrativo.

Aos 22 dias do mês de maio de 2025 foi recebido no Departamento de Licitação e Contratos o presente processo licitatório do qual foi autuado sob o Processo Administrativo nº 2025.05.22.002, na modalidade Pregão Eletrônico.

RA
3



Através do ofício nº 228/2025/DLCA foi solicitado à Procuradoria Jurídica a emissão de parecer jurídico inicial, análise da Minuta do Edital e Minuta de Contrato, fls. 300/415.

A procuradoria Municipal emitiu parecer inicial onde conclui da seguinte forma: "Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina REGULARIDADE da minuta do instrumento convocatório, do contrato e demais atos preparatórios, pelo que se conclui e opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumprido todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente Pregão, na forma eletrônica, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto".

Consta despacho encaminhado ao Gabinete do Prefeito solicitando Declaração de Adequação Orçamentária e Autorização de abertura de processo licitatório.

Consta nos autos a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, Autorização de abertura de processo licitatório, termo de autuação de processo administrativo nº 2025.05.22.002, Decreto nº 022/2025 – nomeação do agente de contratação e equipe de apoio.

Às fls. 442/555, consta o edital e seus anexos. Às fls. 556/564, consta publicação do aviso de licitação.

Às fls. 565/588, consta ata de propostas registradas. Das fls. 589/600, consta ranking do processo.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às fls. 601/830, constam os documentos de habilitação da empresa AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA.

Às fls. 831/896, constam os documentos de habilitação da empresa J R MACHADO.

Às fls. 897/1126, constam os documentos de habilitação da empresa VIA NACIONAL.

Às fls. 1127/1207, constam os documentos de habilitação da empresa BEL MICRO TECNOLOGIA.

Às fls. 1208/1307, constam os documentos de habilitação da empresa REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA.

Às fls. 1308/1412, constam os documentos de habilitação da empresa MEIO A MEIO VISEU LTDA e das fls. 1581/1585, sua proposta consolidada.

Às fls. 1413/1496, constam os documentos de habilitação da empresa NORT TECH e das fls. 1586/1589, sua proposta consolidada.

4



Às fls. 1497/1578, constam os documentos de habilitação da empresa **J M MACHADO** e das fls. 1579/1580, sua proposta consolidada.

Às fls. 1590/1752, consta ata final do processo.

Às fls. 1753/1756, constam como vencedores do processo as empresas: **I) J M MACHADO**, vencedora do item constantes à fl. 1754, pelo valor total de R\$ 104.580,00. **II) MEIO A MEIO VISEU LTDA**, vencedora dos itens constantes às fls. 1754/1756, pelo valor total de R\$ 1.609.364,00. **III) NORT TECH**, vencedora dos itens constantes à fl. 1756, pelo valor total de R\$ 228.907,00.

Às fls. 1757/1761, consta o termo de adjudicação.

Às fls. 1762/1763 consta solicitação de parecer jurídico final. Às fls. 1764/1771, consta parecer jurídico final, que, após suas fundamentações, manifesta-se da seguinte forma: *"Sendo assim, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela HOMOLOGAÇÃO pela autoridade competente, após manifestação da Controladoria Interna do Município, para que haja a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto".*

Finalmente, vieram os autos para parecer desta Controladoria.

III) DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, substitui a antiga Lei nº 8.666/1993, além de consolidar normas sobre licitações que estavam em outras legislações. Esta nova lei traz diversas inovações e mudanças significativas nos processos de licitação e contratos administrativos no Brasil. A lei reforça a necessidade de os processos licitatórios seguirem princípios como a transparência, a eficiência, a eficácia, a governança e o planejamento.

A nova lei enfatiza a importância do planejamento e da gestão de riscos nos processos de contratação pública. Isso inclui a elaboração de estudos técnicos preliminares e a matriz de riscos, como apresentados no presente processo. O **Estudo Técnico Preliminar**, documento que subsidia a decisão de contratação, demonstrando a viabilidade técnica, econômica e ambiental do objeto a ser licitado. A **Matriz de Riscos**, ferramenta identifica e aloca responsabilidades entre contratante e contratado para a mitigação dos riscos associados ao contrato.

MODALIDADE ADOTADA: PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação bastante utilizada no Brasil, especialmente para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Ele é caracterizado pela utilização de recursos

fundamentos jurídicos:

Os fundamentos jurídicos do pregoão eletrônico estão embasados em várias normas legais e principios constitucionais que regem os processos de licitação e contratos administrativos no Brasil. A seguir, são destacados os principais licitantes.

do vencedor, abre-se um prazo para interposição de recursos pelos demais dias úteis antes da data de abertura das propostas. **Recursos:** Após a declaração de processo, **Impugnação do Edital:** Os licitantes podem impugnar o edital até 3 antecedência mínima ante a data de recebimento das propostas e a abertura do processo. **Publicação de Prazos:** O aviso de abertura do pregoão deve ser publicado com

PROCEDIMENTOS E REGRAIS

diminui custos administrativos tanto para a administração pública quanto para os fornecedores.

Redução de Custos: A digitalização do processo inclui custos mais ágil do processo. Mais rápidos do que as modalidades tradicionais de licitação, permitindo uma participação mais rápida do que os procedimentos tradicionais de licitação e, potencialmente, reduzindo preços. **Eficiência:** O pregoão eletrônico é geralmente mais eficiente, reduzindo o tempo de participação, aumentando a concorrência e, entrada de um maior número de fornecedores, aumentando a transparéncia do processo. **Competitividade:** A possibilidade de participação remota facilita a participação de uma plataforma eletrônica permite o acompanhamento em tempo real do processo por qualquer interessado, aumentando a transparéncia do utilitário de uma plataforma eletrônica que permite o acompanhamento em tempo real das vantagens de se adotar o pregoão eletrônico são: **Transparéncia:** A possa ser utilizada o de maior desconto, dependendo do objeto da licitação.

No presente processo o critério de julgamento adotado foi o de menor preço por item. Normalmente critério utilizado no pregoão eletrônico. Embora também

autoridade competente.

o objeto da licitação é adjudicado ao vencedor, e o processo é homologado pela capacidade técnica e jurídica. **Adjudicação e Homologação:** Após a habilitação, vencedor deve apresentar a documentação exigida no edital para comprovar sua condições mais vantajosas para a administração pública. **Habilitação:** O licitante negociar diretamente com o licitante que apresentou a melhor oferta, buscando onde os licitantes podem melhorar suas ofertas. **Negociação:** O pregoeiro pode inscrem suas propostas de pregoão na plataforma eletrônica, em um prazo determinado. **Lances:** Após a abertura das propostas, inicia-se a fase de lances, que é informada por um maior número de fornecedores potenciais.

constituem fases do pregoão eletrônico: **Abertura das Propostas:** Os licitantes editais de pregoão eletrônico devem ser amplamente divulgados, permitindo o acesso específicos de compras governamentais, como o Comprasnet, por exemplo. O pregoão eletrônico ocorre em um ambiente virtual, utilizando sistemas ao processo licitatório.

eletrônicos, o que proporciona maior transparéncia, competitividade e eficiência ao processo licitatório.





Constituição Federal de 1988: **Art. 37, XXI:** Estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o que permite a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte":

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define em seu art. **6º, XLI** que o pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".

IV) DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, que regula as novas regras de licitações e contratos administrativos. Ele é um documento essencial e obrigatório para a fase preparatória de processos de contratação pública. O ETP tem como objetivo garantir que a administração pública faça escolhas informadas e bem fundamentadas sobre a contratação que será realizada.

O ETP é um levantamento técnico que antecede a contratação, onde a administração pública avalia a viabilidade, a necessidade e as opções disponíveis para atender a uma demanda específica. Ele deve ser elaborado para justificar a

7

contratação e orientar a escolha da solução mais eficiente, eficaz e vantajosa para a administração.

O ETP vem justificar a necessidade de contratação, explicando o problema que deve ser resolvido ou a demanda que precisa ser atendida pela aquisição ou serviço a ser contratado, o que está devidamente demonstrada e justificada a necessidade no presente ETP, anexado aos autos, onde avaliar as diversas soluções disponíveis no mercado, comparando vantagens e desvantagens de cada uma, para escolher a mais adequada para o interesse público. Define claramente os requisitos técnicos, funcionais e operacionais que a administração precisa atender, de forma que isso guie o processo de contratação.

O presente ETP deve incluir uma estimativa do custo da contratação, utilizando parâmetros de mercado ou contratações anteriores para garantir que os valores sejam razoáveis e compatíveis com a realidade. Deve considerar ainda os impactos sociais, ambientais e de sustentabilidade que a contratação pode gerar, sempre buscando soluções que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios.

O Estudo Técnico Preliminar é uma ferramenta crucial para que as contratações públicas sejam mais eficientes, transparentes e ajustadas às reais necessidades da administração. Ele ajuda a evitar contratações desnecessárias ou inadequadas, desperdício de recursos públicos, problemas futuros de execução contratual, como inadimplência, atrasos ou não conformidade.

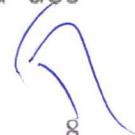
O ETP elaborado pelo Departamento de Planejamento Técnico e Contratação Anual desta administração consta: o objeto, introdução, descrição da necessidade, revisão no plano de contratação anual – PCA, os requisitos da contratação, as estimativas das quantidades, levantamento de mercado e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e económica da escolha do tipo de solução a contratar, estimativa do valor da contratação, descrição da solução como um todo, justificativa para parcelamento ou não da solução, demonstrativo dos resultados pretendidos, providências prévias ao contrato, contratações correlatas/interdependentes, impactos ambientais e viabilidade da contratação.

O ETP é um dos primeiros passos do planejamento de qualquer licitação, sendo base para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico. Ele garante que a licitação seja bem planejada, com critérios claros e definidos, evitando falhas e ineficiências no processo de compra pública.

O ETP tem, portanto, um papel fundamental na nova Lei de Licitações, garantindo mais transparência, eficiência e racionalidade nas contratações do setor público.

V) CONCLUSÃO

Após análise detalhada da documentação apresentada, constatamos que o presente **Processo Licitação Pregão Eletrônico nº 032/2025** atendeu aos


8

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
CONTROLADORIA MUNICIPAL



requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e em face do exposto, manifestamos pela **legalidade e regularidade** do presente, recomendando sua aprovação e prosseguimento.

Este parecer é elaborado com base na documentação e informações fornecidas, estando em conformidade com os princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Viseu-PA, 02 de setembro de 2025.

PAULO FERNANDES DA SILVA
Controlador Geral do Município
Decreto nº 017/2025